



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ELIANE DOS SANTOS SILVA**

**INCLUSÃO: ANSEIOS DOS PROFESSORES**

**CAMPINA GRANDE  
2016**

**ELIANE DOS SANTOS SILVA**

**INCLUSÃO: ANSEIOS DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Livânia Beltrão Tavares

**CAMPINA GRANDE  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Eliane dos Santos  
Inclusão [manuscrito] : anseios dos professores / Eliane dos Santos Silva. - 2016.  
20 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Profa. Ma. Livânia Beltrão Tavares,  
Departamento de Educação".

1. Educação especial 2. Inclusão escolar 3. Formação de  
professores I. Título.

21. ed. CDD 371.9

ELIANE DOS SANTOS SILVA

**INCLUSÃO: ANSEIOS DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Livânia Beltrão Tavares

Aprovada em: 13/10/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

Livânia Beltrão Tavares

Prof. Ms. Livânia Beltrão Tavares (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Diana S. Braga

Prof. Ms. Diana Sampaio Braga  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ruth B. Araújo Ribeiro

Prof. Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus. Que me deu forças quando em mim já não havia;

A meus pais. Que me deram a vida e me ensinaram a viver com dignidade;

A meus irmãos, em especial minha Irmã Sandra que sempre me apoiou com seus conselhos e palavras e otimismo.

A meu namorado. Por sempre estar ao meu lado me apoiando e incentivando-me.

Às minhas amigas Mona, Werya, Gigriola e em especial Jessyca pelo companheirismo e amizade construída ao longo dessa jornada.

E a minha orientadora, Livânia Beltrão, pela dedicação. Pois, mais do que conhecimento, o que faz o verdadeiro mestre é a dedicação.

“È fundamental diminuir a distancia entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua pratica”.

Paulo Freire

## **RESUMO**

Este artigo tem como finalidade apresentar uma discussão sobre os desafios e os anseios do profissional de educação de ensino, que no seu dia a dia tem que lidar com crianças com necessidades educacionais especiais, muitas vezes sem capacitação e acompanhamento para tal função. Os pressupostos teóricos desse trabalho estão baseados em estudos recentes sobre a inclusão e seu processo. A metodologia partiu de uma investigação a respeito da formação profissional dos educadores e seus anseios frente a esse novo chamado: A inclusão escolar. Os resultados obtidos através da análise corroboram com a hipótese de que o caminho que vai da exclusão à inclusão está principalmente na formação desse docente.

**Palavras- chave:** necessidades educacionais especiais, inclusão escolar, formação profissional.

## **INCLUSÃO: ANSEIOS DOS PROFESSORES**

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo teve como objetivo discutir sobre os anseios dos professores diante da inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares da escola pública e privada. Sabemos que a educação inclusiva é algo novo, mas que traz uma série de anseios e angústias para o professor, que muitas vezes se vê incapaz de lidar com essa nova realidade que lhe foi imposta.

Em junho de 1994, em Salamanca – Espanha, um grande compromisso para com a Educação para todos foi reafirmado. Neste momento, o que ficou garantido na Constituição de 1988 em relação ao direito de todos à escolarização foi reconhecido como uma proposta urgente e necessária com vistas a um modelo de escolarização inclusiva.

Porém, é preciso compreender que existe nesse processo de inclusão uma grande ponte entre o estabelecimento de uma lei e uma atuação verdadeiramente inclusiva dentro das escolas brasileiras. Diariamente, discussões acerca de tal problemática têm inquietado muitos profissionais da educação. Trata-se, portanto, de uma tendência atual nessa área.

Acredita-se que o caminho para a travessia dessa ponte que vai da exclusão à inclusão está principalmente na formação dos profissionais que atuam cotidianamente junto a essas crianças. Este trabalho pretendeu, a partir de estudos sobre a inclusão, investigar quem é esse profissional - educador que está recebendo todos esses educandos com necessidades educacionais especiais que ganharam o direito de viver a sua identidade dentro da rede regular de ensino.

Foram investigadas também, as condições emocionais desses profissionais, buscando descobrir quais são os seus anseios frente a esse novo chamado: A Inclusão Escolar. Conforme pontua Jerusalinsky e Páez (2001, p.35): “São poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão”.



É nesse contexto educacional, de mudanças de paradigmas e desafios que se buscou compreender o papel do docente brasileiro e suas estratégias frente a essa nova realidade. Conforme Jerusalinsky e Paéz (2001, p. 19):

Tem despencado sobre a escola uma avalanche de crianças que apresentam condições psíquicas, funcionais e de aprendizagem, que os docentes não têm experiência nem condições de sustentar, sem contar, ao mesmo tempo com o apoio adaptativo necessário.

Esse é um dos principais fatores que está deixando cada vez mais o professor sem condições psíquicas para exercer seu papel com segurança ou autonomia, pois não se vê preparado, como também não é qualificado, para lidar com crianças com necessidades especiais em sala de aula regular.

## **INCLUSÃO ESCOLAR**

A compreensão do termo 'Inclusão Escolar' livra do engano de se limitar o entendimento do termo como sendo algo restrito às crianças com necessidades educativas especiais. É preciso compreender que a Inclusão Educacional refere-se também ao atendimento a múltiplos tipos de diversidades que permeiam as salas de aula brasileiras. De acordo com Paéz (2001,p.142):

A diversidade tem as mais variadas origens. Ela é de escopo étnico, social, religioso, econômico e cultural. Neste momento em que há grandes movimentos migratórios, a escola fundamental sede para com crianças que não têm nada relacionado com a deficiência.

Podemos afirmar que a escola é a parte do sistema social que mais vem favorecendo e ao mesmo tempo dificultando o processo de inclusão, pois quantos alunos não estão “incluídos” na escola, mas ao mesmo tempo podemos dizer que esses alunos estão sendo “excluídos”?

Sendo aqui o termo inclusão não usado apenas para se referir especificamente a crianças com deficiência, mas também às crianças e jovens que estão no ambiente escolar ou ainda aqueles que, por algum motivo não conseguem ler e escrever como os demais e passam a ser rotulados como crianças com dificuldade de aprendizagem.

Ainda conforme Paéz (1998), a escola inclusiva remete a instituições que se preparam para o atendimento a todos os membros da comunidade, além das possíveis necessidades especiais que possam vir a ter. Vê-se, portanto, que essa compreensão se faz necessária para a realização de um trabalho verdadeiramente inclusivo, onde

nenhuma criança que está dentro da sala de aula deixe de ser assistida e apoiada. Pois sabemos que incluir não é apenas receber o aluno e integrá-lo em uma sala regular junto com os demais. É o professor acompanhar seu desenvolvimento e se certificar se esse aluno está absorvendo os conteúdos e buscar saber se sua convivência na escola está contribuindo para o seu crescimento, não apenas na sua aprendizagem, mas também para a sua vida futura.

Incluir implica atender às diversas singularidades presentes em sala através de adequações necessárias a essa oferta no ensino regular.

### **Lei que regulamenta a Educação Inclusiva**

Está prevista na lei nº 7.853 desde 1988, que todas as crianças e adolescentes, sem exceção, têm direito ao acesso em escola regular. E deixa clara a necessidade de um acompanhamento educacional especializado de preferência no interior da escola. Consta na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) aprovada no ano de 1996. Lei esta que proíbe qualquer tipo de diferenciação, restrição ou diferenciação baseada na deficiência da pessoa.

Infelizmente, apesar de estar claramente escrito na lei, a inclusão vem sendo alvo de inúmeros questionamentos. Pois para que uma criança esteja inclusa é necessário apenas que ela esteja frequentando o âmbito escolar? É isso que nos leva a refletir sobre o termo inclusão. A proposta inclusiva que vem no PNE não consiste apenas em sua permanência física dos portadores de necessidades educativas especiais junto aos demais alunos, mas representa a ousadia de rever essas concepções e paradigmas, tendo o foco principal em desenvolver as habilidades dessas pessoas, respeitando suas diferenças e buscando sempre atender às suas necessidades.

A legislação brasileira determina que a educação especial deva ser preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, mas sabemos que as nossas escolas não estão preparadas para esse tipo de atendimento, como também os professores não foram habilitados para essa função, pois até recentemente, desconheciam como responsabilidade do professor educar crianças com necessidades especiais.

De acordo com Moço (2011) o simples fato da palavra “preferencialmente” estar grifada no artigo 4º, onde se lê: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino -

fez com que poucos estados e municípios permitissem o acesso de crianças especiais a rede, fazendo com que esse direito ao atendimento só viesse a ser formalizado 12 anos depois, com a criação de Política Nacional de Educação Especial.

De acordo com Milmann (2006), a inclusão de crianças com necessidades especiais trata-se de uma proposta que a garante, mas ao mesmo tempo a lança como um ideal distante das nossas realidades educacionais. Conforme pontuam Jerusalinskye Páez (2006, p. 121):

Rápido e surpreendentemente muito mais rápido do que nunca, em relação ao que se costuma ocorrer na resolução de qualquer problema que se refira aos “deficientes”, abriram-se as portas da escola comum para todos os afetados. E, para justificar tal ato indiscriminado, vale a ironia do termo, optou-se pelo viés de um direito cerceado a ser reivindicado.

Apesar dos aparentes entraves, visualiza-se com otimismo essa longa travessia cujas crianças tidas como diferentes do “normal” tentam fazer. Sabe-se que uma grande massa de crianças com deficiência já cruzaram os portões das escolas regulares. Até meados dos anos 1980, o normal era mantê-los privados da convivência com os demais. Os poucos que frequentavam uma sala de aula estavam em instituições exclusivas.

Resta aos mediadores destas crianças, assumirem um compromisso, bem como receber um preparo adequado para assistir a essa nova demanda. Tendo em vista que a escola deve oferecer os serviços adequados para acolher e atender a diversidade da população, ações essas que são incorporadas lentamente, e que são promissoras a uma educação que tem como objetivo a construção de uma sociedade que seja capaz de respeitar as suas diferenças.

## **A Política Nacional de Educação Especial**

### **O que vem a ser esse documento?**

Documento que define de forma clara que é obrigatória a matrícula nas redes regulares com atendimento educacional especializado no contra turno. Elaborado em junho de 2007, esse documento veio selar o compromisso que Estados e municípios devem prestar aos alunos com necessidades especiais. De acordo com o Documento (2007):

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como

valores indissociáveis, e que avança em relação à 10quid de 10quidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (PNEE, 2007).

O presente documento vem, a partir do item – Marcos Históricos e Normativos, reafirmar os diversos compromissos feitos com a Educação Inclusiva no Brasil e em outros países.

De acordo com esse documento, os estabelecimentos de ensino devem garantir aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (PNEE, 2007).

O presente documento, portanto, reitera que os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação a fim de promover a aprendizagem e a valorização das diferenças presentes em sala, com vistas a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

### **Quem é o professor que está atuando na sala de aula regular?**

Diante de tantos direitos concedidos aos alunos que apresentam alguma deficiência, surge o seguinte questionamento: Como a sociedade tem preparado o maior responsável por está em sala de aula mediando o conhecimento entre esses alunos? De acordo com Moço (2011, p.45) de que: “Não basta matricular. Receber os estudantes com deficiência é um avanço. Falta garantir que eles aprendam”.

Quando houver políticas educacionais que seja capaz de respeitar todos em suas diferenças, que os possibilitem em estar na escola, interagir, socializar-se e também aprender, iremos poder acreditar que as políticas públicas estarão cumprindo o seu papel. Pois não basta a escola ter apenas grandes números de alunos matriculados, pensando apenas em seus dados quantitativos, e a mesma não ter profissionais qualificados para o atendimento e acompanhamento satisfatório dos seus alunos.

O pensamento de Moço convida a sociedade a pensar sobre esse profissional atuante na rede regular de ensino, buscando descobrir seus anseios, seus desafios e

como o mesmo tem sido preparado para fazer da sua prática um trabalho coerente e ético.

De acordo com Jerusalinsky e Páez (2006, p.19):

Muitas crianças são lançadas precipitadamente nessa experiência sem que se tenha preparado as condições necessárias, nem nas crianças, nem nas escolas, para que sua inclusão possa efetivar-se sem transformar-se em um ato de mera aparência.

Acredita-se que criar condições favoráveis e adequadas seja a chave para uma verdadeira assistência inclusiva. Conforme Páez (2006, p. 95.):

O Direito de integrar-se numa escola fundamental é um direito universal para todos, sem exceção. Não se pode ocultar, violar esse direito de ninguém, mas para exercê-lo é preciso ter certas condições. Essas condições precisam ser dadas às crianças, aos pais e aos profissionais.

Meira (2006) pontua sobre o lugar do professor nessa tarefa chamada inclusão: O professor “inclusivo” deve saber acerca das diferentes posições subjetivas que uma criança ou adolescente podem vir a constituir, para poder entender de que lugar esta criança fala ou não, e em que lugar ele é colocado, transferencialmente, por ela. E a partir daí, em que lugar a aprendizagem se insere.

A autora ainda afirma que, a educação inclusiva supõe um giro no qual o professor se coloca em um lugar a partir do qual registra as diferenças e será capaz de acompanhar esses alunos em seus aprendizados. Conforme a autora, esse professor poderá sustentar essa travessia, a partir da cartografia singular de cada aluno.

Apoiada na declaração de Salamanca, a inclusão, conforme pontua Gil (2011) não é uma invenção brasileira. Conforme o professor deve-se, portanto, aprender a lidar com as diferenças. Para Gil, a falta de estrutura, métodos e professores especializados não pode justificar a exclusão na espera de condições ideais.

Sendo assim, a declaração de Salamanca busca realizar o que muitos professores, alunos e sociedade desejam: o respeito à diversidade, aos interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são singulares e próprios de cada indivíduo.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quanti- qualitativa, na qual se procurou averiguar as hipóteses levantadas no artigo, a partir da descrição e explicação das respostas coletadas dos professores participantes da pesquisa em questão. Conforme Thomas & Nelson (1996), tal pesquisa é caracterizada como Descritiva. Segundo os autores, pretende apenas apresentar um quadro detalhado de um fenômeno para facilitar a sua compreensão, pois não há a tentativa de testar ou construir modelos teóricos. Os autores afirmam que o enfoque principal é interpretar os dados num esforço para classificar e contextualizar a informação e talvez teorizar sobre o fenômeno.

### **Lócus da Pesquisa**

Foram seis os professores participantes desta pesquisa, sendo cinco da rede pública e cinco da rede privada de ensino. A coleta de dados para o estudo em questão deu-se através de um questionário contendo seis questões acerca das práticas e vivências diárias desses professores para ser respondido e entregue ao pesquisador.

### **Coleta de Dados**

A coleta de dados realizou-se através da aplicação de questionários com os dez professores, sendo cinco da rede pública e cinco da rede privada de ensino com a finalidade de colher informações mais precisas, que viessem a contribuir de forma mais palpável com a pesquisa em questão.

### **O Corpus e o Procedimento dos Dados**

O corpus desta pesquisa é composto por trechos das respostas coletadas através dos questionários aplicados aos professores das redes públicas e privadas de ensino. Após a coleta, as respostas foram agrupadas dentro de duas categorias para análise dos mesmos: Professores da Rede Pública de Ensino; Professores da rede Particular de Ensino.

## ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada sob duas óticas: Anseio dos professores de sala de aula regular da escola pública; Anseios dos professores de sala de aula regular da escola privada. Para tal análise foram selecionados alguns trechos das respostas dadas pelos professores no questionário que foi aplicado com os mesmos.

Os questionários foram respondidos por 10 professores, sendo 50% da rede pública e 50% da rede particular de ensino da cidade de Esperança – PB.

60% lecionam na zona urbana e 40% na zona rural tendo faixa etária média de 35 anos; 70% possui nível superior completo, 20% nível superior incompleto e 10% possui o magistério. 50% possui curso de especialização.

O direito à educação para todos, imperativo cada vez mais urgente, traz à tona o inquestionável papel do professor frente a essa realidade. De acordo com Gil (2011 p.23): “Assegurar essa garantia, contudo, tem se mostrado uma tarefa complexa”.

Diante de tantas controvérsias, busca-se compreender a partir de um contato mais direto com o profissional que lida diretamente com as crianças com necessidades educacionais especiais, suas práticas e seus anseios.

As seguintes perguntas foram aplicadas aos professores:

- 1) Em sua escola existe um planejamento e/ou proposta pedagógica específica para se trabalhar com alunos com alguma deficiência?
- 2) Em algum momento de sua vida profissional você recebeu algum treinamento para trabalhar de forma inclusiva? Como se deu esse treinamento?
- 3) Você recebe intervenções periódicas de profissionais especializados como auxílio a sua prática?
- 4) Como você se sente diante de uma demanda escolar que exige cada vez mais de sua prática um perfil inclusivo?
- 5) Em sua opinião, quais as medidas deveriam ser tomadas para melhorar a situação atual da inclusão nas salas de aula regulares?
- 6) Qual a maior dificuldade que você enfrentou em sua sala de aula envolvendo a inclusão?

Sobre a primeira pergunta realizada aos professores da rede Pública, todos os professores, ou seja, 100% responderam que em sua escola não existe um planejamento específico para se trabalhar com alunos com alguma deficiência.

Diante disso, verifica-se a inexistência de um planejamento específico para o trabalho com crianças com deficiência, ou seja, nem um enfoque é dado ao trabalho inclusivo.

Conforme Meira (2006, p. 38) “Uma escola inclusiva supõe que os conteúdos levem em conta as diferentes possibilidades de construção da aprendizagem que diferentes crianças possam levar a termo”.

A autora ainda sustenta que o desafio do professor é o de considerar que a homogeneidade é ilusória, devendo cada criança ser demandada a partir do estágio em que se encontram.

Percebe-se, então, a necessidade de um projeto diferenciado que venha a dar um suporte singular a criança com necessidades educativas especiais.

Neste mesmo âmbito Jerusalinsky (2006, p.32) pontua:

Esse modo de ir à escola, em que a pergunta pelo projeto pedagógico fica de fora, simplesmente repete o esvaziamento de significação das ações no qual ficam tomadas algumas crianças que apresentam problemas em seu desenvolvimento.

De acordo com a mesma, é necessário considerar se o laço entre a escola e a criança está efetivamente possibilitando sua aprendizagem.

Páez (2006, p.40) afirma que:

Para estar integrada numa instituição inclusiva de modalidade comum, a pessoa precisa ter a possibilidade dos apoios necessários para, ao menos, afastá-la dos riscos do fracasso. Por outro lado, a escola comum também precisa ter um projeto institucional.

Meira (2006, p.47) reitera tal pensamento ao afirmar que:

Demandar a todas as crianças o mesmo nível de atividades seria denegar as diferenças que aí se impõem. Neste aspecto, operar-se-ia a segregação e a exclusão dessa criança, já que não há possibilidade de que atendam às demandas pedagógicas da mesma forma.

Ao serem questionados sobre o recebimento de treinamento durante sua vida profissional, para a realização de um trabalho de forma inclusiva, todos os professores da Rede Pública, ou seja, 100% responderam que nunca receberam algum treinamento para trabalhar de forma inclusiva.

Na Rede Particular de ensino obtivemos as seguintes respostas: 60% nunca receberam treinamento para trabalhar com essa clientela e apenas 40% receberam algum tipo de treinamento. Como mostra abaixo os seguintes trechos das respostas de P1 e P2:

P1 “Sim, através de palestras de orientações e trocas de experiências”.



P2 “Uma formação de 6 meses, na qual tínhamos 1 encontro por mês , cada encontro era abordado uma deficiência, estudávamos com a ajuda de apostilas e resolvíamos exercícios, também trocávamos experiências”.

O que mostra que a maioria dos professores não recebe qualquer tipo de treinamento que visa um melhor atendimento aos alunos com alguma necessidade especial.

Conforme Milmann (2006, p.81) “Um obstáculo para receber portadores de deficiências na escola regular é o fato de os professores não terem formação especializada”. De acordo com a mesma, uma qualificação na formação dos professores contribuirá muito para enriquecer o trabalho com todos os alunos.

Sobre o recebimento de intervenções periódicas de profissionais especializados como auxílio as suas práticas em sala, 100% dos professores responderam que não, ou seja, nunca puderam contar com um auxílio de profissionais em sua prática, o que dificulta ainda mais a atuação do professor diante as possíveis deficiências que terá que lidar em sua prática.

De acordo com Meira (2006, p.46) “A inclusão supõe o trabalho integrado com pais, com professores auxiliares, com suporte da experiência de professores de escolas especiais e de profissionais especializados”.

Podem-se observar as respostas dadas por (P1, P2, P3 e P5) da Rede Privada de Ensino a seguinte questão: Como você se sente diante de uma demanda escolar que exige cada vez mais de sua prática um perfil inclusivo?

P1 “Em situação de buscar a cada dia mais conhecimento, pois cada dia nos deparamos com diferentes perfis de inclusão”.

P2 “Despreparada, pois mesmo tendo recebido algumas formações não me sinto preparada para receber crianças com deficiência”.

P3 “Desafiada, pois para lidar com a diversidade é preciso traçar estratégias de ensino, bem como adaptar conteúdos e atividades de acordo com cada necessidade”.

P5 “Frustrada por não conseguir fazer algo específico por esses alunos”.

As seguintes respostas foram dadas por (P1, P2 e P4) da Rede Pública de Ensino:

P1 “Sinto-me impotente”.

P2 “Sobrecarregada”.

P4 “Impotente, pois existe muita cobrança mais não é oferecida uma formação eficiente”.

Observando tais respostas, com exceção de (P1) da Rede Privada, parece claro que, as professoras em questão exprimem um sentimento de angústia e impotência diante de suas realidades educacionais.

Conforme pontua Vasconcelos (2006, p.138) “A escola tem perdido – principalmente no ensino especial- sua função de transmissão de conhecimento para assumir um lugar de abrigo ou de guarda”.

Compreende-se que o professor, principal agente no espaço educacional, por falta de conhecimento e/ou preparo corrobora com essa situação de resumir a escola a um lugar de abrigo ou de guarda para essas crianças com necessidades educativas especiais.

De acordo com Meira (2006, p.54) “muitos professores abandonaram sua profissão por não suportarem os desafios e as impossibilidades com que se defrontam nesse processo”.

Diante da seguinte questão: Quais medidas deveriam ser tomadas para melhorar a situação da inclusão em salas de aula regular, podemos destacar as respostas dadas por (P2 e P3) da Rede Privada.

P2 “Deveríamos ter ajuda de profissionais que acompanham a pratica dos professores que tem alunos especiais, orientando-os e ajudando encontrar soluções aos problemas que surgem”.

P3 “Adequação do ambiente escolar e a preparação dos profissionais de educação para lidar com a necessidade de cada aluno”

Na Rede Publica destacamos a resposta de P4 diante o mesmo questionamento;

P4 “Deveria ter formação eficaz desde a graduação e que esta se intensificasse durante a vida profissional”.

A proposta pedagógica deve contemplar o interesse por alunos com necessidades educacionais especiais. A organização administrativa, didática e disciplinar deve ter a maior amplitude possível, além de contemplar a maior diversidade possível das condições dos alunos a atender. (CAMPBELL, 2009, p. 141)

Para alcançar o êxito da educação inclusiva, as instituições devem centralizar esforços na educação e treinamento de docentes, no desenvolvimento de materiais didáticos específicos e nas avaliações contínuas para melhor atendimento a essa demanda.

A educação inclusiva é um grande desafio para todos os professores, por isso não basta apenas fazer pequenas mudanças ou adaptações na arquitetura, nos materiais

didáticos ou na política educacional. É primordial que os professores sejam capacitados para lidar com esse público. E para que isso ocorra de forma efetiva, é essencial que esse movimento de preparação e capacitação esteja presente na vida do professor desde a sua vida acadêmica.

Para Gotti (1988), a universidade, além de proporcionar cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação, deve envolver-se em pesquisas sobre o ensino aos portadores de necessidades especiais, desenvolvendo instrumentos e recursos que facilitem a vida dessas pessoas.

Por fim, diante da seguinte questão; Qual a maior dificuldade você enfrentou em sua sala de aula envolvendo a inclusão? 90% dos professores questionados já tiveram alguma experiência com alunos portadores de deficiência em sala de aula regular. Podem-se observar os seguintes trechos das respostas dadas;

Respostas dos professores da Rede Pública de Ensino:

P1 “Ainda não me deparei com casos assim”.

P2 “Falta de recurso e auxílio de profissionais capacitados para trabalhar com mais empenho com os alunos especiais”.

P3 “Recebi um aluno com Down que não acompanhava as atividades, além disso não se socializava com os demais e não tinha auxílio nenhum de um profissional”.

P4 “Já tive um aluno autista que não tinha cuidador e a família e a gestão exigia que ele ficasse quieto”.

P5 “Foi aceitar um aluno com autismo”.

Respostas dos professores da Rede Privada de Ensino:

P1 “Uma criança especial que sofria bullying das outras crianças”.

P2 “Ao receber uma aluna surda-muda, eu não sabia como explicar o conteúdo. Muitas vezes tive que ir a sua casa pedir orientação a sua mãe”.

P3 “Tempo limitado de aula, impede uma atenção maior ao aluno”.

P4 “Receber dois alunos com deficiência em uma sala de 22 alunos todos com 2 anos”.

P5 “Receber um aluno com autismo”.

O melhor caminho para os professores conviverem com essas inúmeras diferenças existentes em sala de aula é buscar sempre mais conhecimentos para que assim consiga o aperfeiçoamento e a segurança diante das diferenças existentes em seu cotidiano. No entanto, a capacitação e especialização dos docentes são indispensáveis, tendo em vista que esses são agentes atuam diretamente com o processo de inclusão

social. Essas capacitações não servem apenas para influenciar os sentimentos dos professores em relação à educação inclusiva, mas também para que os educadores possam fazer uma reflexão sobre as propostas de mudanças que poderá seus valores e crenças e até mesmo transformar a sua prática profissional no seu dia a dia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante disso, fica claro o quanto é preocupante a situação na qual se encontram os nossos professores em relação à educação inclusiva. As leis obrigam as escolas regulares a receberem as crianças especiais, porém não dão estrutura, treinamento e/ou suporte aos professores. O fato é que não temos apoio direcionado para a prática inclusiva e as crianças ficam a mercê da sorte, apresentando cada vez mais déficit de aprendizagem e problemas emocionais comprometedores não só na escola.

Isso nos mostra que a educação inclusiva é mais um caso que só existe verdadeiramente no papel, ou seja, nas leis e que mesmos esses alunos sendo inseridos em uma sala de aula regular como garante a lei, mesmo assim esse alunos de certa forma acabam sendo “excluídos” pois os professores não estão preparados nem capacitados para lidar com esse público. Ou seja, os portadores de deficiências continuam tendo seus direitos negados.

A partir da Constituição de 1988 e da LDBEN/1996, cabe à Educação Especial e a seus professores a realização desse atendimento e continuar presente em todos os níveis de ensino do básico ao superior, como uma modalidade de ensino. Esta nova função da Educação Especial muda muita coisa, principalmente a formação dos professores especializados, que precisa ser urgentemente revista e adequada ao que esse profissional deve conhecer para desenvolver práticas educacionais próprias do atendimento educacional especializado.

Portanto, a educação inclusiva veio tornar mais complexa e desafiadora a tarefa dos educadores o que evidencia ainda mais que a sua formação nunca estará acabada. O processo de inclusão deve ganhar força sem deixar de levar em conta o preparo do profissional educador, peça chave ao sucesso dessa caminhada inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- C 2006 DOS AUTORES. *ESCRITOS DA CRIANÇA 2006 - Nº6 - 2º edição*. Centro LydiaCoriat.
- CAMPBELL. I.S. *Múltiplas fases da inclusão*. Rio de Janeiro: Editora WAK. 2009
- CANIZA DE PÁEZ, Stella. *A integração em processo: da exclusão à inclusão*. *Escritos da Criança*, n. 06, p. 29-39, Porto Alegre: Centro LydiaCoriat, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: SEESP, 2007.
- GIL. Juca. *Todos significa todos*. In: *Revista Nova Escola*. Nº16, outubro/novembro2011.
- Gotti, M. O (1988). *Integração e inclusão: nova perspectiva sobre a pratica da educação especial*. Em M. marquezine (Org.), *perspectiva multidisciplinares em educação especial*, PP.365-372. Londrina: Ed. UEL.
- JERUSALINSKY, Alfredo. *Escritos da criança* n. 6. Porto Alegre: Centro LydiaCoriat, 2001.
- JERUSALINSKY, A. & CANIZA DE PÁEZ, **Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento**. In: *Escritos da criança*. n.06, Porto Alegre: centro LydiaCoriat, 2001
- MEIRA, Ana Marta Goelzer. *Contribuições da psicanálise para a Educação inclusiva*. In *Escritos da Criança*. Centro LydiaCoriat – V.6 Porto Alegre, 2001.
- MINTO, Cesar Augusto *Educação Especial: Da LDB aos planos Nacionais de Educação- Do Mec e proposta da sociedade brasileira*. *Revista brasileira de educação especial*, v.6,n.1, 2000.
- MOÇO. Anderson. *Não basta matricular. Receber os estudantes com deficiência é um avanço. Falta garantir que eles aprendam*. In: *Revista Nova Escola*. nº239, janeiro/fevereiro 2011.
- \_\_\_\_\_ Elaine Milmann. *Escritos da criança. Sociedade Inclusiva e Globalização. Alguns paradoxos na educação*.

**ABSTRACT**

This article aims at presenting a discussion about the challenges and aspirations of educators that day-to-day have to deal with children with special educational needs, but without proper preparation for such a function. The theoretical background will be presented based on recent studies on inclusion and its process. The analyses will be done through an investigation into the training of educators and their yearnings facing this new calling: School inclusion. The results obtained through the corpus analysis corroborate the hypothesis that the path that goes from exclusion to inclusion is mainly in teacher education.

**Keywords:** special educational needs, school inclusion, training of educators.